

O que é CDI e como essa taxa é definida?



O **CDI** é uma das principais referências utilizadas para acompanhar as taxas de juros do mercado financeiro brasileiro. A sigla significa Certificado de Depósito Interbancário, título utilizado em operações de empréstimos entre instituições financeiras.

Embora seja frequentemente apresentado como uma taxa de investimento, o CDI está relacionado às operações realizadas entre bancos. Sua taxa serve como referência para diversos investimentos de renda fixa e ajuda a acompanhar as condições de liquidez e juros do mercado.

O que é o CDI?

O **CDI é uma referência para a taxa de juros das operações interbancárias de curtíssimo prazo**. Essas operações são realizadas entre instituições financeiras para ajustar suas necessidades de caixa.

Na prática, os bancos podem precisar tomar recursos emprestados de outras instituições por um período muito curto. A taxa praticada nessas operações forma uma importante referência para o mercado financeiro.

O termo CDI também é utilizado para designar o próprio título emitido nessas operações. Entretanto, no dia a dia dos investimentos, é comum utilizar “CDI” para se referir à taxa que serve como benchmark para diversas aplicações.

Como o CDI funciona?

O funcionamento do CDI está relacionado à necessidade das instituições financeiras equilibrarem seus recursos diariamente. Bancos que apresentam excesso de caixa podem emprestar dinheiro para instituições que precisam reforçar sua liquidez.

Essas operações são realizadas por meio de títulos específicos e possuem prazo muito curto. A taxa de juros dessas transações é calculada a partir das operações registradas no mercado interbancário.

Dessa forma, o CDI funciona como uma referência para o custo do dinheiro entre instituições financeiras. Essa referência acaba influenciando a remuneração de diferentes produtos de renda fixa oferecidos aos investidores.

Como o CDI é definido?

A **taxa CDI é calculada com base nas operações interbancárias realizadas entre instituições financeiras**. A B3 calcula e divulga diariamente a taxa DI, que se tornou a principal referência associada ao CDI no mercado brasileiro.

A taxa considera operações de depósitos interfinanceiros realizadas entre instituições participantes. Como essas transações possuem características específicas, o indicador representa as condições observadas neste mercado de curto prazo.

Além disso, a taxa DI costuma acompanhar de perto a **Selic**, principal taxa de juros da economia brasileira. Essa proximidade ocorre porque ambas refletem as condições de liquidez e juros do mercado financeiro.

Qual é a relação entre CDI e Selic?

CDI e **Selic** são taxas diferentes, mas apresentam uma relação muito próxima. A Selic é definida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central, enquanto a taxa CDI é formada a partir das operações interfinanceiras.

A proximidade entre as duas taxas está relacionada à atuação do Banco Central e às condições de liquidez do sistema financeiro. Por isso, quando a Selic muda, o CDI tende a se movimentar na mesma direção.

Essa relação faz com que o CDI seja utilizado como uma referência importante para investimentos de renda fixa. Entretanto, isso não significa que CDI e Selic sejam exatamente a mesma taxa.

Por que o CDI é considerado uma taxa livre de risco?

O CDI é frequentemente tratado como uma **referência próxima da taxa livre de risco** no mercado brasileiro. Essa classificação ocorre porque as operações que formam a taxa envolvem instituições financeiras e apresentam prazo extremamente curto.

Entretanto, é importante fazer uma ressalva: o CDI não é literalmente uma taxa sem risco. O termo “livre de risco” é utilizado principalmente como referência teórica para comparar retornos, enquanto qualquer operação financeira envolve algum nível de risco.

Na prática, títulos públicos federais costumam ser utilizados como referência para uma taxa considerada de baixíssimo risco de crédito. Ainda assim, o CDI permanece como um importante benchmark para avaliar investimentos de renda fixa.

O que significa investir a 100% do CDI?

Quando um investimento promete **100% do CDI**, isso significa que sua remuneração acompanha a taxa DI durante o período de aplicação. Se o CDI estiver em determinado patamar anual, o investimento buscará entregar uma rentabilidade equivalente antes de impostos e outros efeitos.

Um produto que paga 110% do CDI, por exemplo, utiliza a taxa DI como referência e acrescenta um percentual sobre ela. Entretanto, a rentabilidade efetiva também depende do período, da tributação e das condições específicas do investimento.

Por isso, comparar investimentos apenas pelo percentual do CDI pode gerar uma análise incompleta. É necessário considerar também liquidez, prazo, risco, tributação e eventuais custos.

Quais investimentos usam o CDI como referência?

Diversos produtos de renda fixa utilizam o CDI ou a taxa DI como benchmark de rentabilidade. Entre eles estão determinados CDBs, fundos de renda fixa, LCIs, LCAs e outros produtos financeiros.

Cada investimento possui características próprias de risco, liquidez e tributação. Portanto, dois produtos que prometem determinado percentual do CDI podem apresentar resultados líquidos diferentes.

Além disso, a remuneração pode ser prefixada, pós-fixada ou híbrida, dependendo da estrutura do investimento. Dessa forma, entender o CDI ajuda a interpretar a rentabilidade, mas não substitui a análise do produto.

CDI é investimento?

Não. O CDI não é um investimento disponível para contratação pelo investidor como uma aplicação tradicional. Ele é uma taxa de referência associada às operações realizadas entre instituições financeiras.

Quando uma instituição oferece um investimento que rende 100% do CDI, por exemplo, você não está investindo diretamente no CDI. O seu dinheiro está aplicado em um produto específico cuja remuneração utiliza o indicador como referência.

Essa diferença é importante para interpretar corretamente ofertas de investimentos. Assim, antes de comparar rentabilidades, é necessário identificar qual produto está sendo contratado e quais são suas condições.

O que influencia o CDI?

A política monetária brasileira é um dos principais fatores que influenciam o nível das taxas de juros de curto prazo. Por isso, decisões do Banco Central sobre a Selic acabam afetando também o comportamento do CDI.

Além disso, as condições de liquidez do sistema financeiro podem influenciar as taxas praticadas nas operações interbancárias. Momentos de maior ou menor disponibilidade de recursos podem alterar as condições do mercado.

Como o CDI acompanha de perto a Selic, mudanças no cenário de juros costumam refletir-se nos investimentos que utilizam o indicador como referência. Dessa forma, acompanhar o CDI pode ajudar a compreender o ambiente de renda fixa.

Como o CDI afeta os investimentos?

O CDI influencia diretamente a rentabilidade de diversos investimentos pós-fixados. Quando a taxa está elevada, aplicações atreladas ao indicador tendem a oferecer uma remuneração maior, antes dos efeitos de impostos e custos.

Por outro lado, uma redução do CDI tende a diminuir a remuneração desses investimentos. Por isso, o cenário de juros é uma variável importante para quem possui aplicações pós-fixadas.

Entretanto, rentabilidade maior não significa necessariamente investimento mais adequado. O investidor também precisa considerar seus objetivos, prazo, necessidade de liquidez e tolerância ao risco.

CDI e inflação são a mesma coisa?

Não. CDI e inflação representam indicadores diferentes e medem fenômenos distintos. O CDI está relacionado às taxas de juros das operações interfinanceiras, enquanto a inflação acompanha a variação dos preços de bens e serviços.

Essa diferença é importante porque um investimento pode apresentar rendimento positivo em relação ao CDI e, ainda assim, entregar ganho real reduzido dependendo da inflação. Portanto, avaliar apenas a rentabilidade nominal pode não mostrar o aumento efetivo do poder de compra.

Para analisar o resultado de um investimento de longo prazo, é importante comparar sua rentabilidade com a inflação do período. Dessa forma, é possível avaliar se houve ganho real além da simples valorização nominal.

Por que entender o CDI é importante?

Conhecer o **CDI** ajuda a interpretar a rentabilidade de diversos investimentos disponíveis no mercado. Além disso, permite comparar produtos que utilizam o indicador como referência.

Entretanto, o percentual do CDI deve ser analisado junto com outras características do investimento. Liquidez, tributação, custos, prazo e risco podem alterar significativamente o resultado final.

Por isso, entender como o CDI funciona é um passo importante para tomar decisões financeiras mais conscientes. O indicador é uma referência relevante, mas não deve ser utilizado isoladamente para escolher uma aplicação.

Como o CDI se relaciona com a previdência complementar?

O CDI também pode aparecer como referência na composição ou avaliação de investimentos utilizados por planos de previdência complementar. Entretanto, o desempenho de um plano não deve ser analisado exclusivamente pela comparação com o CDI.

A estratégia de investimentos, o perfil de risco, os custos e o horizonte de acumulação são elementos importantes nessa avaliação. Em planos de longo prazo, também é necessário considerar a diversificação da carteira e os objetivos previdenciários.

No caso do **RealizePrev**, administrado pela Fachesf, os recursos são investidos conforme a política de investimentos do plano. Os participantes têm acesso mensalmente a um relatório detalhado com os investimentos e a rentabilidade.

Conheça o RealizePrev

O **RealizePrev** é um plano setorial de previdência complementar na modalidade de Contribuição Definida, administrado pela Fachesf. A formação da reserva ocorre por meio das contribuições realizadas pelo participante e da rentabilidade dos investimentos.

Para quem busca planejar o futuro, entender indicadores como o CDI também ajuda a compreender o cenário dos investimentos. [Conheça o RealizePrev](#) e veja como a previdência complementar pode fazer parte do seu planejamento financeiro.

Comitê de Ética aborda respeito e convivência no período eleitoral



O período eleitoral traz diferentes opiniões, escolhas e posicionamentos. Para falar sobre esse momento e reforçar a importância do respeito nas relações, o Comitê de Ética da Fachesf preparou um novo vídeo do **Conexão Ética**.

No episódio, **Josilda Ribeiro, presidente do Comitê de Ética**, fala sobre a importância de ouvir com respeito, evitar provocações e preservar uma convivência saudável, mesmo diante de opiniões diferentes. Ela também reforça que a escolha política é individual e deve ser respeitada, inclusive nas relações profissionais.

O vídeo também aborda atitudes que podem gerar constrangimento ou conflito, como discussões ofensivas, insistência para revelar o voto, discriminação e retaliação. A orientação do Comitê é simples: diante de uma conversa difícil, pare, escute, respeite e redirecione.

[»Assistir ao Conexão Ética | Episódio 25](#)

Diferentes opiniões. O mesmo respeito.

Juros compostos na previdência: como o tempo aumenta sua reserva?



Os **juros compostos na previdência** podem ter um papel importante na formação de uma reserva financeira ao longo dos anos. Isso acontece porque os rendimentos acumulados podem continuar gerando novos rendimentos durante o período de investimento.

Por isso, o tempo é um dos principais aliados de quem começa a planejar a aposentadoria

antecipadamente. Quanto maior o horizonte de acumulação, mais oportunidades existem para que os rendimentos sejam incorporados ao patrimônio.

O que são juros compostos?

Os juros compostos são um mecanismo em que os rendimentos acumulados passam a fazer parte da base que poderá gerar novos rendimentos. Esse processo faz com que o crescimento do patrimônio possa se acelerar ao longo do tempo.

Diferentemente dos juros simples, os rendimentos não são calculados apenas sobre o valor inicialmente investido. Dessa forma, o efeito acumulado tende a ganhar relevância conforme aumenta o período de permanência dos recursos.

Como os juros compostos funcionam na previdência?

Na previdência complementar, os recursos acumulados são investidos conforme a estratégia do plano e podem gerar rendimentos ao longo do tempo. Quando esses resultados permanecem investidos, passam a integrar a reserva e podem contribuir para novos rendimentos.

Esse processo cria um efeito de acumulação progressiva, especialmente quando existe um longo período de investimento. Além disso, novos aportes aumentam o patrimônio sobre o qual os resultados futuros poderão incidir.

Rendimentos também geram rendimentos

O principal efeito dos juros compostos está na possibilidade de os rendimentos acumulados continuarem investidos. Assim, o crescimento da reserva não depende apenas das novas contribuições realizadas pelo participante.

Quanto maior o período de acumulação, mais tempo os recursos permanecem sujeitos a esse processo. Por isso, começar o planejamento previdenciário antecipadamente pode favorecer a formação de uma reserva ao longo dos anos.

O efeito do tempo sobre o patrimônio

O tempo é um dos principais fatores para aproveitar o potencial dos juros compostos na previdência. Um prazo maior permite que contribuições e rendimentos permaneçam acumulados durante mais períodos.

Entretanto, os juros compostos não garantem determinado resultado financeiro. A evolução da reserva também depende dos aportes, da rentabilidade dos investimentos, dos custos e das condições do plano.

Por que começar cedo pode aumentar sua reserva?

Começar cedo amplia o período disponível para realizar contribuições e permitir que os rendimentos permaneçam investidos. Dessa forma, o participante pode distribuir o esforço de formação da reserva por mais anos.

Além disso, um prazo maior pode permitir contribuições mensais menores para alcançar determinado objetivo, dependendo da rentabilidade obtida. Por outro lado, começar mais tarde pode exigir aportes maiores para compensar o menor período de acumulação.

Tempo x valor das contribuições

O crescimento da reserva depende tanto do valor investido quanto do período de permanência dos

recursos. Portanto, não existe apenas uma forma de construir patrimônio para a aposentadoria.

Uma pessoa que começa cedo pode ter mais tempo para acumular recursos mesmo realizando contribuições menores. Já quem começa mais tarde pode precisar aumentar os aportes ou ajustar o objetivo financeiro.

O impacto de adiar o início

Adiar o início do planejamento reduz o período disponível para que os aportes e rendimentos contribuam para a formação da reserva. Como consequência, recuperar o tempo perdido pode exigir maior capacidade de contribuição posteriormente.

Por isso, o planejamento previdenciário não precisa começar com grandes valores. O mais importante é estabelecer uma estratégia compatível com a realidade financeira e revisá-la conforme a renda e os objetivos mudarem.

Como os aportes mensais potencializam os juros compostos?

Os aportes recorrentes aumentam gradualmente o patrimônio que permanece investido. Além disso, cada contribuição realizada antecipadamente possui mais tempo para participar do processo de acumulação.

Essa dinâmica torna a disciplina de contribuição especialmente importante em estratégias de longo prazo. Mesmo quando os valores individuais parecem pequenos, a recorrência pode contribuir para ampliar a reserva ao longo dos anos.

Entretanto, aumentar os aportes não é a única maneira de melhorar o planejamento. Também é importante avaliar o prazo, os custos e a estratégia de investimentos adotada pelo plano.

Quanto investir para a aposentadoria?

Não existe um valor único de contribuição adequado para todas as pessoas. O montante depende da idade atual, do prazo até a aposentadoria, da renda desejada e de outras fontes de recursos disponíveis.

Por isso, o primeiro passo é estabelecer uma estimativa do patrimônio necessário para o futuro. A partir dela, é possível avaliar quanto contribuir periodicamente e como acompanhar a evolução da reserva.

Também é importante revisar essa estimativa ao longo do tempo. Mudanças na renda, nas despesas, nos planos pessoais ou no momento previsto para a aposentadoria podem exigir ajustes na estratégia.

Juros compostos garantem rentabilidade?

Não. Os juros compostos não garantem uma determinada rentabilidade nem eliminam os riscos dos investimentos. Eles representam uma dinâmica de acumulação em que os rendimentos reinvestidos podem gerar novos rendimentos.

A rentabilidade efetiva depende dos investimentos que compõem a carteira e das condições observadas ao longo do período. Portanto, uma projeção de patrimônio deve utilizar premissas realistas e considerar que os resultados podem variar.

Além disso, rentabilidade passada não garante resultados futuros. Por isso, o histórico de desempenho deve ser analisado junto aos riscos, custos e características da estratégia.

Como usar os juros compostos no planejamento da aposentadoria?

Os **juros compostos na previdência** podem ser considerados desde o início do planejamento financeiro. Quanto maior o horizonte disponível, mais tempo existe para que contribuições e rendimentos participem da formação da reserva.

Uma estratégia pode começar com contribuições compatíveis com o orçamento atual e ser revisada conforme a renda aumentar. Dessa forma, o participante pode ajustar gradualmente o valor destinado à aposentadoria.

Também é importante evitar retiradas desnecessárias durante a fase de acumulação. Quando os recursos permanecem investidos por mais tempo, os rendimentos acumulados têm mais oportunidades de participar do crescimento da reserva.

Quais fatores influenciam o crescimento da reserva?

O crescimento de uma reserva previdenciária depende de diferentes fatores que precisam ser analisados conjuntamente. Entre eles estão o valor dos aportes, o prazo, a rentabilidade e os custos relacionados ao plano.

Valor dos aportes

Quanto maior o valor contribuído, maior tende a ser o patrimônio acumulado, considerando as demais condições constantes. Entretanto, o aporte precisa ser compatível com o orçamento para que a estratégia seja sustentável.

A regularidade também é importante para manter o processo de acumulação. Por isso, estabelecer contribuições que possam ser mantidas ao longo do tempo pode ser mais adequado do que realizar aportes elevados e insustentáveis.

Prazo de investimento

O prazo determina durante quanto tempo os recursos poderão permanecer investidos. Um período mais longo oferece mais oportunidades para contribuições e rendimentos participarem da formação da reserva.

Por isso, começar antecipadamente pode ser relevante mesmo quando os aportes iniciais são modestos. O tempo permite que a estratégia seja ajustada progressivamente conforme as circunstâncias financeiras mudam.

Rentabilidade

A rentabilidade influencia diretamente o ritmo de crescimento da reserva. Entretanto, buscar o maior retorno possível sem considerar os riscos pode resultar em uma estratégia incompatível com os objetivos do participante.

É necessário avaliar quais investimentos compõem a carteira e quais riscos estão associados a eles. Dessa forma, a expectativa de retorno pode ser analisada em conjunto com segurança, prazo e perfil de investimento.

Frequência das contribuições

Contribuições regulares permitem adicionar novos recursos ao patrimônio de maneira contínua. Além disso, cada novo aporte passa a ter seu próprio período de permanência e potencial de rendimento.

A frequência ideal depende das características do plano e da situação financeira do participante. Contribuições mensais são comuns, mas aportes adicionais também podem complementar a estratégia quando houver disponibilidade.

Previdência complementar e juros compostos

A previdência complementar utiliza o efeito dos juros compostos como parte da estratégia de formação de uma reserva de longo prazo. As contribuições realizadas pelo participante são investidas e os resultados obtidos podem permanecer incorporados ao patrimônio.

Esse processo é especialmente relevante para objetivos de longo prazo, como a aposentadoria. Entretanto, o resultado dependerá das características do plano, da estratégia de investimentos e das contribuições realizadas.

Além disso, a previdência complementar permite estruturar uma estratégia específica para o futuro. Dessa forma, o participante pode separar recursos destinados à aposentadoria de outras necessidades financeiras do presente.

Como começar a aproveitar os juros compostos?

O primeiro passo é definir um objetivo financeiro e estabelecer um prazo para alcançá-lo. A partir dessas informações, é possível estimar contribuições compatíveis com a capacidade financeira atual.

Depois, é necessário escolher uma estratégia de investimento adequada ao prazo e aos objetivos definidos. Também é importante acompanhar periodicamente a evolução da reserva e realizar ajustes quando necessário.

Não é preciso esperar ter uma grande quantia disponível para começar. Em estratégias de longo prazo, iniciar a formação da reserva e manter a disciplina de contribuição pode ser mais relevante do que esperar pelo momento ideal.

Conheça o RealizePrev

O **RealizePrev**, administrado pela Fachesf, é um plano setorial de previdência complementar na modalidade de Contribuição Definida. As contribuições realizadas pelo participante são destinadas à formação de uma reserva individual, que também cresce conforme os resultados dos investimentos.

O plano permite realizar contribuições mensais e aportes extras, ampliando as possibilidades de formação de patrimônio ao longo do tempo. **[Conheça o RealizePrev](#) e veja como a previdência complementar pode fazer parte do seu planejamento para o futuro.**

Fonte: [Fachesf](#), em 29.09.2026.